

► As Cooperativas e o Mundo do Trabalho N.º 15

Maio de 2022

Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

Pontos Principais

Por todo o mundo, mais de dois mil milhões de trabalhadores, representando 61,2 por cento do emprego mundial, encontram-se na economia informal. Em consequência, têm vindo a emergir novas formas de organização para responder aos défices de trabalho digno.

As alianças inovadoras, abrangendo sindicatos e a economia social e solidária (ESS), ajudam a aumentar a visibilidade, a voz e o poder dos trabalhadores da economia informal e das suas organizações, em harmonia com a Recomendação N.º 204, de 2015.

A investigação identificou três tipos de parcerias emergentes e colaboração entre:

- Sindicatos e organizações de trabalhadores da economia informal, destinadas a estabelecer unidades de ESS independentes;
- Sindicatos estabelecidos e a ESS, destinadas a organizar, representar, prestar serviços e/ou outras formas de apoio aos trabalhadores da economia informal; e
- Parceria entre o sindicato e a ESS estabelecida através de um parceiro capacitador destinado a facilitar e apoiar ativamente a ação colectiva entre os trabalhadores informais.

Estas parcerias podem apoiar os trabalhadores informais no melhoramento dos seus meios de subsistência, prestando-lhes serviços e apoio nas necessidades individuais e no acesso a direitos e melhorando o ambiente estrutural em que trabalham.

Para tirar o máximo partido dos contributos das parcerias entre os sindicatos e a ESS para o alargamento do trabalho digno entre os trabalhadores da economia informal, é especialmente importante:

- Promover uma política de apoios e um ambiente regulamentar que conduzam ao desenvolvimento de parcerias que apoiem os trabalhadores da economia informal, incluindo o direito à liberdade de associação e à negociação colectiva, participação no diálogo social e outras formas de defesa.
- Construir um eco-sistema favorável ao estabelecimento de ligações conceptuais, estratégicas e práticas entre diversas organizações, para promover o entendimento e o empenho na 'abordagem por parcerias', a fim de apoiar os trabalhadores da economia informal.
- Prestar apoio directo a la creación de alianzas, ayudando a las organizaciones a comprender las opciones de que disponen para tomar decisiones informadas sobre las vías de acción y organización más prometedoras.
- Aprender e partilhar conhecimentos e dados, promovendo a investigação, documentação e aprendizagem com as experiências de parceria, bem como facilitar o intercâmbio directo e a partilha de informações entre organizações de parcerias e com os respectivos parceiros habilitadores.

Introdução

Mais de dois mil milhões de trabalhadores, representando 61,2 por cento do emprego mundial, encontram-se na economia informal (ILO 2018a). As experiências dos trabalhadores são muito diferentes, dependendo da actividade que exercem, com as mulheres concentradas nos segmentos que tendem mais a estar associados à pobreza, condições de trabalho precárias e falta de protecção social e no trabalho (ibid; Chen 2012; Carre et al. 2020). Durante a crise de Covid-19, muitos trabalhadores da economia informal ficaram particularmente vulneráveis e expostos a perdas de rendimento, entre eles, os trabalhadores no domicílio. Outros estavam concentrados em sectores considerados essenciais, mas caracterizados por condições de trabalho precárias, perigosas e desprotegidas, com baixos salários, incluindo o trabalho doméstico e de cuidados, recolha de resíduos e venda na rua (ILO 2020a; 2020b).

Em consequência, emergiram novas formas de organização para responder aos défices de trabalho digno. Alianças inovadoras entre sindicatos e a ESS (Caixa 1) estão a aumentar a visibilidade, a voz e o poder dos trabalhadores da economia informal e das suas organizações, em harmonia com [Recomendação N.º 204 \(2015\)](#) (Caixa 2).

As parcerias entre organizações de trabalhadores e a ESS têm ultrapassado desafios históricos na organização de movimentos transversais. Reúnem formas de organização múltiplas e complementares para reforçar a solidariedade e apropriação colectiva dos trabalhadores e apoiam a transição para o trabalho digno (WIEGO 2014). Esta abordagem por parcerias também pode auxiliar a revitalização dos sindicatos, com estes a optarem cada vez mais por estratégias de organização criativas, novas coligações e representação de todos os trabalhadores para fazer face aos desafios dos mercados de trabalho em mudança e à diminuição da massa associativa em todo o mundo (ILO 2021).

Além disso, as parcerias entre sindicatos e a ESS podem ajudar à implementação efectiva das Normas Internacionais do Trabalho e reforçar a capacidade dos trabalhadores da economia informal para acederem aos seus direitos fundamentais no trabalho. Isto inclui a liberdade de associação e o reconhecimento efectivo do

► **Caixa 1. Proposta de definição da economia social e solidária para discussão**

Não existe uma definição universalmente aceite da ESS. O Secretariado propõe uma definição para discussão, que se baseia em valores, princípios e tipos de organização inspirados numa análise das leis e políticas nacionais e subnacionais adoptadas sobre a ESS.

A economia social e solidária abrange unidades institucionais com fins sociais ou públicos, envolvidas em actividades económicas em regime de cooperação voluntária, administração democrática e participativa, autonomia e independência, cujas regras limitam ou proíbem a distribuição de excedentes. As unidades da ESS podem incluir cooperativas, associações, sociedades mútuas, fundações, empresas sociais, grupos de auto-ajuda e outras unidades que operem de acordo com os valores e princípios da ESS nas economias formal e informal (ILO 2022).

► **Caixa 2. O papel das diversas organizações e unidades no apoio aos trabalhadores da economia informal, de acordo com a Recomendação N.º 204 relativa à Transição da Economia Informal para a Economia Formal**

A [Recomendação N.º 204 \(2015\)](#) reconhece o papel importante e activo das organizações de empregadores e trabalhadores como mediadoras da transição da economia informal para a economia formal (Preâmbulo) e faz-lhes um apelo no sentido de alargarem a adesão e os serviços aos trabalhadores e unidades económicas da economia informal (§ 33). A Recomendação também considera as unidades da ESS como 'unidades económicas' centrais dentro da economia informal.

direito à negociação colectiva e dos outros três princípios e direitos fundamentais no trabalho, designadamente, a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição efectiva do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação relativa ao emprego e à profissão.

Esta nota de síntese resume os resultados da investigação participativa realizada em 2021, que explorava o potencial das parcerias entre sindicatos e a ESS para apoiar os

► Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

trabalhadores da economia informal.¹ It identifies partnership types, highlights key partnership activities and achievements, discusses challenges and enabling drivers of partnership development and impact, and outlines concrete actions to ensure that partnerships can develop, grow and thrive.

Tipos de parcerias

As parcerias entre sindicatos e a ESS em apoio aos trabalhadores da economia informal incluem a prestação de apoio e serviços individuais (nível micro) e reforço da identidade colectiva e do conhecimento e o compromisso de apropriação partilhada e apoio mútuo (nível médio). Frequentemente radicada em direitos mais latos e movimentos pela justiça social, a ESS estabeleceu com êxito ligações estratégicas para reforçar o poder, a visibilidade e a influência dos trabalhadores, conduzindo à melhoria de direitos e protecções como resultado da defesa e do diálogo de âmbito local, nacional e global (nível macro) (ILO 2022). O quadro que se segue (ver a página 4) descreve três tipos de parcerias entre sindicatos e a ESS para apoiar os trabalhadores da economia informal.

Actividades e realizações em parceria

As iniciativas de parceria garantiram vários ganhos individuais e colectivos aos trabalhadores da economia informal e favoreceram o ambiente estrutural para os direitos dos trabalhadores da economia informal. Esta secção destaca algumas realizações importantes até agora conseguidas.

Melhoria dos meios de subsistência

Os principais resultados das parcerias incluem maior visibilidade e reconhecimento dos trabalhadores da economia informal e do seu trabalho, conduzindo a melhorias gerais dos seus rendimentos. As abordagens para assegurar ganhos variam de sector para sector. Na Colômbia, uma nova empresa social **criou oportunidades de emprego formal**, em que se oferecia aos trabalhadores

domésticos um contrato de trabalho, contribuições para a segurança social e um salário mínimo (Caixa 3).

► Caixa 3. Estudo de caso: Revalorização do trabalho doméstico através de uma empresa social na Colômbia

Em 2021, o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas (*Unión de Trabajadoras del Servicio Doméstico*, ou UTRASD) alargou as suas principais actividades de defesa dos direitos do trabalho, a nível nacional, regional e local, para a sua principal representação de trabalhadoras domésticas e de cuidados afro-colombianas. Foi criada uma empresa social dirigida e gerida por trabalhadoras com apoio financeiro e técnico de parceiros habilitadores, incluindo a Agência Francesa de Desenvolvimento, CARE América Latina e Caraíbas e Fundación Bien Humano. A empresa social IMA Limpia, iniciada em finais de 2021, visa assegurar que a sua concepção e as suas operações reforcem a igualdade entre homens e mulheres, os direitos humanos, o trabalho digno e os direitos económicos e sociais (UTRASD et al. 2020).

O sindicato UTRASD e parceiros deram formação a trabalhadoras domésticas e de cuidados para reforçar as aptidões profissionais, o conhecimento dos direitos humanos e do trabalho e a auto-estima, tendo em vista melhorar os perfis profissionais das trabalhadoras e das actividades económicas. O UTRASD relata que isso ajudou a mudar a percepção que os empregadores e a sociedade tinham do trabalho doméstico e, portanto, constituiu um estímulo para uma maior rentabilidade económica. Em complemento, o UTRASD realizou uma campanha nos meios da comunicação social para gerar uma base de clientes apoiante dos objectivos sociais da empresa. Como explicou um dos parceiros habilitadores: *"Apoiar a IMA Limpia não é apenas dar apoio a uma empresa social de mulheres que as dignifica mediante o pagamento de um salário e o reconhecimento do seu trabalho; é também promover uma mudança cultural, em que as pessoas que tratam das nossas casas e dos nossos entes queridos já não padecem de informalidade nem de maus tratos."* Mónica Sandoval, Fundación Bien Humano (citado in IMA Limpia 2021).

¹ Baseia-se no estudo de investigação conduzido por Abigail Hunt e Moizza Binat Sarwar, Overseas Development Institute (Hunt e Binat Sarwar, não publicado). O estudo foi financiado e tecnicamente coordenado pela Open Society Foundations e pela Organização Internacional do Trabalho. A metodologia do estudo foi elaborada em colaboração com um grupo consultivo de peritos. Envolveu uma revisão da literatura,

minuciosa análise das parcerias seleccionadas através da elaboração de quatro estudos de casos nacionais, e validação das conclusões com organizações de trabalhadores da economia informal. Nesta nota de síntese, são apresentados os estudos de casos nacionais sobre parcerias no Brasil, Colômbia, Quênia e África do Sul.

► **Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal**

► **Parcerias entre os sindicatos e a ESS para apoiar os trabalhadores da economia informal**

Tipo de parceria	Principais características	Exemplos
Parceria entre sindicatos e organizações de trabalhadores da economia informal, destinadas a estabelecer unidades de ESS independentes	<ul style="list-style-type: none"> • Forma de parceria mais comum em todos os contextos • Iniciativas de parceria frequentemente realizadas por ou através de sindicatos formais e associações e organizações dirigidas por trabalhadores da economia informal • As entidades estabelecidas assumem formas estruturais diferentes na ESS, designadamente cooperativas, sociedades mútuas e empresas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Na República Dominicana, a <i>Federación Nacional de Mujeres Trabajadoras</i> (FENAMUTRA) criou a cooperativa COOPFENAMUTRA (Imparcial RD 2021). • Na Índia, a <i>Self-Employment Women's Association</i> (SEWA) desenvolveu múltiplas entidades de ESS, por exemplo, a <i>VimoSEWA Cooperative Limited</i>, que fornece seguros sociais aos membros da SEWA e outros trabalhadores da economia informal (ILO 2019). • Em Trinidad e Tobago, a <i>National Union of Domestic Employees</i> (NUDE) criou a cooperativa de trabalhadores <i>Service Workers Centre Cooperative Society Limited</i> (SWCC) (ILO 2018b).
Parceria e colaboração entre sindicatos estabelecidos e a ESS, destinadas a organizar, representar, prestar serviços e/ou outras formas de apoio aos trabalhadores da economia informal	<p>Parceria e colaboração destinadas a organizar, representar, prestar serviços e/ou outras formas de apoio aos trabalhadores da economia informal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muitas vezes, os sindicatos procuram parcerias e colaboração com unidades da ESS existentes, para alargar o apoio aos trabalhadores da economia informal. 	<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, foram formalizadas alianças entre sindicatos e a ESS, pela criação da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), uma organização híbrida de associações, cooperativas e outras unidades da ESS, com a participação activa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nacional (Hunt e Sarwar, não publicado). • No Ruanda, a <i>Centrale des Syndicats des Travailleurs au Rwanda</i> (CESTRAR) aproximou os membros do fundo mútuo de condutores de moto-táxis em Kigali e apoiou os seus esforços para se organizarem em sindicatos (Manzi 2007).
Parceria entre sindicatos e a ESS, estabelecida por intermédio de um parceiro habilitador para facilitar e apoiar activamente a acção colectiva entre os trabalhadores da economia informal	<ul style="list-style-type: none"> • Os parceiros habilitadores que visam facilitar e apoiar activamente a acção colectiva entre os trabalhadores da economia informal (por exemplo, universitários, outros peritos técnicos e organizações não governamentais) desempenham um papel de liderança na conceptualização e fundação de novas iniciativas de parceria para organizar e apoiar os trabalhadores da economia informal. • O papel do parceiro habilitador varia com as necessidades de parceria, podendo ser de curta duração, duradouro ou ad-hoc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Na África do Sul, o <i>Social Law Project</i> conduziu o <i>Digital Platform Cooperative Project</i>, uma plataforma florescente que pertence aos trabalhadores domésticos e foi criada em parceria com o <i>South African Domestic Service and Allied Workers Union</i> (SADSAWU) e com o <i>United Domestic Workers of South Africa</i> (UDWOSA) (Hunt e Sarwar, não publicado).

No Brasil, o êxito da influência política apoiada por sindicatos, combinado com a adesão a cooperativas criaram as condições para novas e mais estáveis

oportunidades de geração de rendimentos para os trabalhadores da recolha de resíduos (ver a Caixa 4).

► Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

► Caixa 4 – Estudo de caso: Parceria entre a UNISOL e a CUT para apoiar os trabalhadores da recolha de resíduos no Brasil

Os trabalhadores da recolha e reciclagem de resíduos estão há muito tempo organizados em cooperativas e associações, no Brasil. No entanto, o contacto destes trabalhadores com o movimento sindical manteve-se limitado até à criação da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), em 2014, uma organização híbrida de associações, cooperativas e outras unidades da ESS criadas em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nacional.

A UNISOL apoia principalmente o sector da recolha de resíduos, ajudando a ultrapassar a precariedade económica enraizada entre os trabalhadores e também a sua invisibilidade histórica, designadamente perante os decisores políticos. Para isso, cria solidariedade entre os trabalhadores; facilita a cooperação e o diálogo a nível nacional para aumentar a inclusão económica e social, influenciando as políticas públicas; promove a democratização no local de trabalho; assegura financiamento para as cooperativas; e divide o capital e os ganhos gerados pelos membros. A CUT apoiou o desenvolvimento de uma força política dirigida por trabalhadores, prestando assistência no diálogo institucional, participando no reforço técnico da UNISOL e dando apoio técnico através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

Entre os resultados obtidos, figura o aumento da cobertura da segurança social dos trabalhadores da recolha de resíduos no quadro da Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010 (PNRS), na sequência de acções de sensibilização realizadas pela UNISOL e outros parceiros agrupados no fórum Resíduos e Cidadania. A UNISOL também apoiou os trabalhadores da recolha de resíduos durante a pandemia de Covid-19, lutando contra o encerramento de entrepostos utilizados para armazenar mercadorias, ajudando a encontrar e distribuir pacotes alimentares pelos trabalhadores da recolha de resíduos, trabalhando com outras filiais sectoriais da UNISOL para produzir e distribuir máscaras faciais e apoiando acções de formação para os trabalhadores da recolha de resíduos sobre saúde e segurança no contexto da pandemia

Prestação de serviços e apoio às necessidades individuais e ao acesso a direitos

Desenvolver as aptidões e os conhecimentos dos trabalhadores da economia informal é, muitas vezes, uma prioridade da parceria. Incluem-se aqui a consciência de si e a resiliência, bem como competências transferíveis, por exemplo, comerciais, de liderança e de sensibilização. O desenvolvimento de competências digitais tem vindo a assumir cada vez mais importância, à medida que a tecnologia digital se torna central nos modelos de parcerias, incluindo cooperativas de plataforma (ver a Caixa 5). Durante a pandemia de Covid-19, as comunicações digitais facilitaram o alcance e a escala das actividades, incluindo formações, conferências, sensibilização e outras actividades de reforço do movimento, por via digital, como reuniões sobre estratégia de sensibilização entre trabalhadores da economia informal.

Outra área importante para muitas parcerias é **aumentar o acesso dos trabalhadores a serviços para suprir necessidades imediatas de financiamento, marketing ou apoio à gestão de cuidados não remunerados.** O desenvolvimento ou a adaptação de serviços para ultrapassar barreiras que os trabalhadores da economia informal enfrentam no acesso a serviços 'regulares' é, muitas vezes, uma prioridade, por exemplo, no Quênia, onde uma cooperativa de poupança e crédito deu apoio a vendedores ambulantes (Caixa 6).

As parcerias também se preocuparam com a exclusão generalizada dos trabalhadores da economia informal da protecção social e serviços públicos (ver exemplos do Brasil [Caixa 4] e do Quênia [Caixa 6]), inclusive durante a crise de Covid-19. Na Argentina, a *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (UTEP), sindicato ligado a diversas iniciativas da ESS, como uma empresa mútua de cuidados de saúde e cozinhas dos trabalhadores, desempenhou um papel de liderança no diálogo com o Comité de Emergência Social (CES) do governo federal argentino, que conduziu a medidas de segurança alimentar e de rendimento (WIEGO 2020).

► Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

Desenvolvimento de uma identidade colectiva, apropriação partilhada e apoio mútuo

Uma das principais conquistas de muitas parcerias é o **interesse e empenho gerados entre os trabalhadores em aprenderem, desenvolverem, partilharem e investirem em si próprios, além de criarem novas formas de solidariedade e gerarem oportunidades económicas colectivas**. Muitas vezes, isto vem na sequência de intensos esforços das organizações de parcerias para construir uma identidade e uma finalidade comuns entre os trabalhadores, e também para reforçar o

conhecimento dos princípios da cooperativa e da ESS alargada. Isto pode exigir um esforço continuado, já que alguns grupos profissionais de trabalhadores estão habituados a trabalhar como independentes, por exemplo, na venda de rua ou na recolha de resíduos, onde é frequente encontrar trabalhadores informais por conta própria. Além disso, a constituição ou a adesão a unidades da ESS com base em princípios de cooperação e democracia participativa, muitas vezes, requer uma adaptação a novos métodos de trabalho. Na África do Sul, por exemplo, o novo projecto de cooperativas de plataforma concretizou uma discussão antiga em torno de opções para uma cooperativa de trabalhadores domésticos no país (Caixa 5).

► Caixa 5 – Estudo de caso: Uma cooperativa de plataforma de trabalhadores domésticos, África do Sul

Está a ser criada na África do Sul uma cooperativa de plataforma de trabalhadores domésticos, com o apoio do *Social Law Project* (SLP) em estreita parceria com o *South African Domestic Service and Allied Workers Union* (SADSAWU) e o *United Domestic Workers of South Africa* (UDWOSA). O projecto foi iniciado após anos de delimitação do âmbito e consultas entre as organizações participantes. A OIT foi um dos primeiros mediadores dos esforços para identificar oportunidades de criação de cooperativas entre trabalhadores domésticos na África do Sul (ILO 2015). Entre os factores impulsionadores do projecto, figuram a liderança do SLP como parceiro habilitador-chave e os défices crescentes de trabalho digno, o que levou o SADSAWU e o USWOSA a aproveitar novas possibilidades de organização laboral e criação de oportunidades económicas de qualidade e detidas por trabalhadores.

A cooperativa de plataforma identificou três objectivos principais:

- Melhorar os direitos e as condições de trabalho dos trabalhadores domésticos;
- Desenvolver métodos colectivos e democráticos de trabalho entre os trabalhadores domésticos; e
- Tirar partido da tecnologia para apoiar a criação de emprego e a segurança dos trabalhadores domésticos.

Alguns membros do SADSAWU e do UDWOSA tornaram-se membros fundadores da cooperativa de plataforma e estão entusiasmados com as oportunidades que a iniciativa poderá oferecer de apropriação e controlo colectivos do seu trabalho. Como explicou um dos membros fundadores,

“Trabalhar juntos como trabalhadores domésticos faz-nos sentir que fomos ouvidos. As pessoas olham-nos de cima porque fazemos o trabalho sujo, enquanto com isto teremos alguma coisa e uma direcção a seguir.”

Para muitos trabalhadores por conta própria, incluindo vendedores ambulantes, comerciantes e trabalhadores da recolha de resíduos e dos transportes, a organização em cooperativas e outras unidades da ESS fez aumentar as oportunidades de comércio e acesso aos mercados e também o poder de negociação dos trabalhadores.

Algumas parcerias desenvolveram mecanismos para os trabalhadores da economia informal unirem forças (uns com os outros e, por vezes, com trabalhadores da economia formal) e criarem economias de escala pela intensificação das compras e vendas. No sector da recolha de resíduos, no Brasil, teve grande êxito a organização de cooperativas de segundo nível para reforçar a eficiência da produção e da cadeia de valor e aumentar o poder de negociação dos trabalhadores durante a discussão dos contratos (Caixa 4).

Melhoramento do ambiente estrutural para os direitos dos trabalhadores da economia informal

Muitas vezes fortemente radicadas em direitos mais latos e movimentos pela justiça social, muitas organizações de parcerias conseguiram estabelecer coligações estratégicas para garantir mais direitos e protecções pela sensibilização e/ou o diálogo social a nível local, nacional ou mundial. A criação de alianças com sindicatos – designadamente com federações e confederações nacionais – fortaleceu as iniciativas de sensibilização dos trabalhadores da economia informal, como demonstrado pela parceria UNISOL/CUT no Brasil (Caixa 4) e pelo apoio da COTU-K ao NISCOF, no Quênia (Caixa 5).

► Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

As prioridades da mudança de políticas varia conforme o sector e o grupo profissional. As infra-estruturas locais e o reconhecimento como prestadores de serviços pelas autoridades são, muitas vezes, de grande importância para os trabalhadores por conta própria, como os trabalhadores da recolha de resíduos e os vendedores ambulantes, por exemplo, pela celebração de acordos com as autoridades locais através de memorandos de entendimento (MdE) ou de acordos sobre a utilização do espaço público a diversas horas/dias ou sobre regalias para os trabalhadores. Por exemplo, o *Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat* (KKPKP), um sindicato de trabalhadores da recolha de resíduos em Pune, na Índia, criou uma cooperativa pertencente aos trabalhadores, a *Solid Waste Collection and Handling* (SWaCH), que – tendo o KKPKP por intermediário – assinou um MdE com o Município de Pune, em 2008, para se tornar o fornecedor exclusivo para a recolha de resíduos porta a porta na cidade, melhorando assim os rendimentos e as condições de trabalho dos membros (Chikarmane 2012; Chikarmane & Narayan 2005). No entanto, os trabalhadores/empregados assalariados, como os empregados domésticos, concentraram-se frequentemente na regulamentação e política a nível nacional - por exemplo, buscando o reconhecimento da relação de emprego e dos direitos a ela associados, e a regulamentação de mais protecção e melhores condições.

Por fim, a **igualdade entre homens e mulheres** é uma preocupação-chave de muitas parcerias, seja porque as organizações envolvidas estão principalmente empenhadas em apoiar as mulheres (p. ex., a SEWA, na Índia) ou porque o seu interesse sectorial/profissional se concentra em sectores tradicionalmente dominados por mulheres, como o sector do trabalho doméstico. Muitas – como o UTRASD, na Colômbia (Caixa 2) – têm uma abordagem específica do sexo, fortemente intersectorial, ao trabalho. Outras reagem às manifestações de desigualdade entre homens e mulheres no trabalho, como violência, assédio e ameaças à segurança das mulheres que trabalham na economia informal. No Uganda, por exemplo, o *Amalgamated Transport and General Workers Union* (ATGWU), realizou negociações por intermédio do seu Comité de Mulheres do Sector Informal com o intuito de melhorar a segurança e o acesso das mulheres a instalações sanitárias e outras comodidades nos locais de trabalho dos transportes (ILO 2020c).

Principais desafios à criação de parcerias e seu impacto

Problemas internos nas organizações parceiras

Os sindicatos e sindicatos da ESS enfrentam vários problemas internos que colocaram dificuldades à sua criação, crescimento, sustentabilidade e eficácia. As lacunas de financiamento tornaram-se um problema persistente. Muitas vezes, os custos de arranque eram

significativos e, em alguns casos, difíceis de justificar em organizações que procuravam implementar iniciativas inovadoras fora do seu mandato e da sua experiência. Frequentemente, são essenciais fundos dedicados para estabelecer direitos e actividades de parceria. A falta de financiamento e investimento também emergiu como obstáculo importante ao aumento de escala, designadamente quando as organizações de parcerias procuravam alargar actividades, como oportunidades de formação, a novos grupos de trabalhadores ou em zonas geográficas mais vastas.

A falta de conhecimentos técnicos reduziu a capacidade, a eficiência e o impacto, abrangendo uma ampla faixa de áreas de gestão estrutural e operacional. A elevada rotação de pessoal coloca mais um desafio importante à sustentabilidade, o que se tornou evidente em organizações de parcerias onde se considera que a mudança é inerente ao processo democrático, implicando eleições de direcção a intervalos de poucos anos e o encorajamento à rotação da direcção. Na prática, contudo, isto conduz muitas vezes à descontinuidade dos projectos e conhecimentos institucionais.

As parcerias também se preocuparam com a exclusão generalizada dos trabalhadores da economia informal da protecção social e serviços públicos (ver exemplos do Brasil [Caixa 4] e do Quênia [Caixa 6]), inclusive durante a crise da Covid-19. Na Argentina, a *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (UTEP), sindicato ligado a diversas iniciativas da ESS, como uma empresa mútua de cuidados de saúde e cozinhas dos trabalhadores, desempenhou um papel de liderança no diálogo com o Comité de Emergência Social (CES) do governo federal argentino, que conduziu a medidas de segurança alimentar e de rendimento (WIEGO 2020).

Lacunas de apoio dos sindicatos aos trabalhadores da economia informal e obstáculos à colaboração entre os sindicatos e a ESS

O relativo poder estrutural e associativo dos sindicatos, muitas vezes decorrente da sua posição em estruturas tripartidas, significa que podem contribuir significativamente para o alcance e o impacto das parcerias. No entanto, os trabalhadores da economia informal e as suas organizações são, muitas vezes, marginalizados das agendas dos sindicatos (e federações/confederações), que nem sempre representam os interesses dos trabalhadores da economia informal no seio dos sistemas tripartidos e/ou defendem que os trabalhadores da economia informal devem representar os respectivos sectores (ver Spooner et al. 2021). As organizações de trabalhadores da economia informal continuam, portanto, a ser o primeiro reduto da acção colectiva na economia informal.

► **Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal**

A parceria entre sindicatos e a ESS tem sido entravada por divisões ideológicas e práticas, o que deriva de percepções de objectivos, funções e práticas conflitantes dentro de cada um e de uns para os outros, contribuindo para um historial de relações difíceis entre os dois movimentos, em diversos países. Os dirigentes das organizações podem ter visões e filiações fortemente enraizadas, limitando o diálogo preliminar de apoio ao estabelecimento de parcerias. Além disso, quando os sindicatos e organizações semelhantes de trabalhadores da economia informal criam iniciativas da ESS, podem não ter os conhecimentos profundos necessários para o estabelecimento de unidades da ESS que sejam economicamente viáveis e mantenham ligações fracas com profissionais da ESS e outros mediadores capazes de prestar apoio.

Dificuldades em assegurar o desenvolvimento e a sustentabilidade da organização

Estabelecer organizações totalmente independentes, sustentáveis e evolutivas continua a ser um desafio para muitas parcerias. Os sindicatos e outras organizações de trabalhadores da economia informal padecem frequentemente de uma capacidade limitada para servir os membros e encetar acções de sensibilização, devido à baixa densidade da massa associativa e às limitadas receitas provenientes das quotas. As unidades da ESS que visam apoiar a geração de rendimentos enfrentam inúmeros desafios no desenvolvimento de modelos de negócios e estruturais robustos. Muitas vezes, por não terem acesso a assistência especializada no contexto específico, por exemplo, para ajudar a realizar estudos de mercado e conceber planos estratégicos e operacionais adequados. A Covid-19 exacerbou muitos problemas, com os trabalhadores da economia informal a viverem com rendimentos reduzidos ou desemprego e pouca possibilidade de recurso a outros apoios como a protecção social pública. Alguns mecanismos da ESS estabelecidos para apoiar a segurança económica dos trabalhadores ruíram devido à pandemia de Covid-19 (ver a Caixa 5).

Factores favoráveis ao estabelecimento e impacto de parcerias

Ambiente político e regulamentar favorável

Os quadros políticos e regulamentares determinam em que medida os trabalhadores da economia informal conseguem ter acesso aos seus direitos fundamentais no trabalho, em particular, liberdade de associação e reconhecimento efectivo do direito à negociação colectiva. É importante também ter em conta os outros três princípios e direitos fundamentais no trabalho, designadamente, a eliminação de todas as formas de

trabalho forçado ou obrigatório, a abolição efectiva do trabalho infantil e a eliminação da discriminação relativa ao emprego e à profissão. Persistem dificuldades significativas, entre elas, a ausência ou exclusão explícita de alguns grupos de trabalhadores da legislação laboral, o que empurra certos grupos profissionais para a informalidade de facto, e a exclusão de muitas organizações dirigidas por trabalhadores dos registos oficiais como sindicatos ao serviço desses sectores. Por isso, as parcerias com sindicatos têm sido de importância crítica para incorporar os trabalhadores da economia informal e garantir a sua representação no diálogo social. As normas internacionais também têm desempenhado um papel crítico. Entre as normas relevantes, figuram a [Convenção \(N.º 189\) sobre os Trabalhadores Domésticos, de 2011](#) e a [Recomendação \(N.º 201\), de 2011](#), frequentemente citadas como instrumentos de apoio à formalização dos trabalhadores domésticos e suas organizações. Do mesmo modo, a [Recomendação N.º 204, de 2015](#), relativa à Transição da Economia Informal para a Economia Formal, define uma referência para a tomada de decisões nacionais ter em conta a melhoria das condições e a formalização dos trabalhadores da economia informal.

A ESS oferece um potencial significativo para os trabalhadores da economia informal se organizarem e serem reconhecidos. Por exemplo, o estatuto formal de uma cooperativa confere – dependendo da jurisdição – protecções jurídicas e sociais e poder para celebrar contratos e possuir bens e/ou instalações registadas (por exemplo, para actividades comerciais ou armazenagem de mercadorias), entre outras coisas. Constituem um quadro formal para o reconhecimento das actividades dos trabalhadores da economia informal como empresas e uma base de negociação, inclusive com as autoridades e os parceiros comerciais (Mshiu 2019; Eum 2020). Muitos países tomaram medidas para a criação de um ambiente regulamentar da ESS mais favorável, por exemplo, através de reformas jurídicas na Colômbia, em 2020, para facilitar a criação e o registo de cooperativas (Lei 2069 de 2020 para apoiar o empreendedorismo na Colômbia).

Organizações fortes e dirigidas pelos trabalhadores e compromisso em prol de parcerias entre movimentos

É essencial estabelecer à partida fundações estruturais sólidas para garantir a longevidade da própria parceria e das suas actividades de apoio aos trabalhadores da economia informal. Uma direcção forte e empenhada é de importância crítica para estabelecer parcerias e assegurar uma duração além de iniciativas de curto prazo baseadas em projectos. É essencial garantir uma posição central dos trabalhadores da economia informal nas decisões em torno dos modelos de parcerias e operações, a fim de promover o consenso, a apropriação e a solidariedade que, por sua vez, apoiam a sustentabilidade. O potencial para a evolução surge quando os membros/filiados da parceria

► Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

começam a assumir o desenvolvimento estrutural e o trabalho de reforço com os seus pares, gerando um efeito de bola de neve, por exemplo, no Brasil, onde os membros de uma cooperativa de recolha de resíduos receberam apoio da UNISOL e depois passaram a dar apoio a outros (ver a Caixa 3).

Um amplo eco-sistema de apoio

A criação e o crescimento de movimentos além das organizações parceiras primárias são essenciais para conseguir impacto, evolução e sustentabilidade. As organizações habilitadoras directas facilitam e apoiam activamente a acção colectiva entre os trabalhadores da economia informal e, muitas vezes, integram-se num movimento social mais vasto, organizando e apoiando as organizações primárias (Dias e Ogando 2020; Duguid e Weber 2019). As suas estruturas de organização têm formas altamente diversificadas e incluem federações e/ou confederações de sindicatos, redes mundiais e regionais, organizações nacionais e internacionais. Algumas têm desde há muito o compromisso de articular as bordagens dos sindicatos em matéria de ESS. Em 2010, o Terceiro Congresso Internacional StreetNet adoptou uma Resolução sobre a ESS e elaborou várias iniciativas para documentar o trabalho dos filiados através de investigação e para lhes dar apoio, por exemplo, formação e informação.

As organizações habilitadoras directas também podem ser organizações da sociedade civil (OSC), que podem ser uma fonte essencial de apoio e visibilidade quando os sindicatos, associações ou grupos tenham baixo perfil estrutural e pouca força. Isto pode facilitar a realização de campanhas e encontros ou a criação de associações e cooperativas (Bonner e Spooner 2011).

As organizações habilitadoras indirectas pertencem a um eco-sistema de apoio mais amplo de instituições e organizações com o objectivo de dar apoio à acção colectiva entre os trabalhadores da economia informal, mas não estão claramente constituídas como actores de movimentos sociais ou de trabalhadores. Podem ser compostas por prestadores de serviços financeiros, financiadores/investidores, instituições internacionais e nacionais (incluindo a OIT), agências de desenvolvimento, organizações dedicadas ao reforço de conhecimentos e capacidades (incluindo incubadoras e estabelecimentos de ensino, como a Universidade Mondragon, no País Basco, Espanha), além de entidades prestadoras de apoio logístico e técnico a organismos colectivos (por exemplo, programadores de tecnologia que criam aplicações para cooperativas de plataforma).

Certos factores surgem como essenciais na conceptualização e prestação de apoio, sendo de extrema importância adaptar o apoio ao sector e à zona geográfica,

Caixa 6 – Estudo de caso: Melhorar o acesso dos vendedores ambulantes a financiamento e protecção social no Quénia

A *Kenya National Alliance of Street Vendors and Informal Traders* (KENASVIT) é uma aliança nacional de vendedores ambulantes, caixeiros-viajantes e comerciantes informais e, também, associações de comerciantes informais (KENASVIT n.d.). Em 2007, a KENASVIT recebeu financiamento para apoiar os trabalhadores da economia informal, cujas empresas tivessem sido afectadas pela violência relacionada com as eleições. Uma filial da KENASVIT, a *Nairobi Informal Sector Confederation* (NISCOF), utilizou a sua parte para financiar uma cooperativa de poupança e crédito (*Savings and Credit Cooperative, SACCO*). Foi assim criado um fundo renovável para vários grupos de auto-ajuda de vendedores ambulantes em Nairóbi, a utilizar para investimentos relacionados com actividades comerciais, a que os membros não tinham acesso através dos bancos formais. A cooperativa de poupança e crédito da NISCOF funcionou até ao início da pandemia de Covid-19. Pouco tempo depois, o fundo renovável ruiu, porque os membros e fiadores deixaram de pagar os empréstimos e os fundos restantes foram disponibilizados aos membros como subsídios de emergência. Desde então, a direcção da NISCOF tem-se concentrado em assegurar financiamento para restabelecer a SACCO.

Paralelamente, a NISCOF e a *Central Organization of Trade Unions Kenya* (COTU-K) empenharam-se juntamente com o Ministério do Trabalho para garantir melhor acesso dos trabalhadores da economia informal à protecção social, inclusive mediando a cobertura através do *National Health Insurance Fund* (NHI) e do *National Social Security Fund* (NSSF). No início da pandemia de Covid-19, a COTU-K também trabalhou em colaboração com a NISCOF para apresentar ao Senado do Quénia opções para o alargamento do apoio de emergência aos vendedores ambulantes.

pois nem todas as incubadoras do Norte se revelaram adequadas ou úteis quando transferidas para outros contextos do Sul. Isto é pertinente sobretudo no que diz respeito a novos modelos de empresas e estratégias estruturais na economia informal. A formação e outras formas de reforço de capacidades podem constituir um meio importante de apoio às parcerias; as iniciativas de formação mais bem sucedidas respondem a uma necessidade de estratégia estrutural claramente articulada

► Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

e são criadas e fornecidas por mediadores com fortes ligações a organizações de parcerias.

Partilha de conhecimentos, experiências e aprendizagens

A partilha de conhecimentos, experiências e aprendizagens pode ser um meio importante para apoiar as parcerias. Pode comportar a elaboração de estudos e outros documentos de parcerias de êxito para inspirar e informar iniciativas emergentes. As trocas directas de conhecimentos e experiências também podem ser igualmente frutuosas, como as visitas de estudo e outros fóruns de partilha moderados. A geminação de parcerias a mais longo prazo, o acompanhamento contínuo e o apoio mútuo também podem constituir um meio importante para promover a replicação/adaptação de aprendizagens e práticas promissoras, à medida que emergem e evoluem as parcerias. Isto pode ser especialmente benéfico quando as parcerias têm características comuns - designadamente, a orientação sectorial e o tipo de parceria em elaboração.

Caminhos a seguir

A presente nota de síntese destacou o valor acrescentado das alianças inovadoras, entre elas, múltiplas – e complementares – formas estruturais de trabalho conjunto para apoiar os trabalhadores da economia informal. São propostos caminhos promissores para garantir que essas parcerias possam surgir, crescer e prosperar e, assim, fiquem numa posição mais forte para aproveitar os êxitos até agora conseguidos no reforço dos direitos, do trabalho digno e da apropriação colectiva dos trabalhadores da economia informal. Propõem-se quatro áreas para ajudar as parcerias a desenvolverem-se e prosperar:

- **Criação de um ambiente político e regulamentar favorável.** As principais medidas a tomar passam por assegurar quadros políticos e regulamentares a nível mundial, nacional e local, que conduzam, na prática, ao estabelecimento de parcerias para apoiar os trabalhadores da economia informal, incluindo o direito à liberdade de associação e negociação colectiva, participação no diálogo social e outras formas de defesa. Isto pode exigir o apoio de ministérios e instituições governamentais para a elaboração de políticas e/ou regulamentos que reconheçam o direito dos trabalhadores da economia informal a organizarem-se. As organizações de apoio aos trabalhadores da economia informal também devem ser inteiramente informadas e capazes de navegar o quadro regulamentar para elaborar (e registar, conforme adequado) organizações e actividades das parcerias.
- **Poderão assim ter uma participação significativa no diálogo social a todos os níveis.**
- **Construção de um eco-sistema favorável.** Entre as principais medidas a tomar figura o estabelecimento de ligações conceptuais, estratégicas e práticas entre diversas organizações, para promover o entendimento e o empenho na 'abordagem por parcerias', a fim de apoiar os trabalhadores da economia informal. Isto implica o envolvimento de parceiros habilitadores directos (p. ex., redes de trabalhadores da economia informal, federações/confederações de sindicatos, OSC) e parceiros habilitadores indirectos (p. ex., prestadores de apoio técnico especializado no desenvolvimento de conhecimentos e no reforço de capacidades, como incubadoras ou estabelecimentos de ensino, financiadores, instituições internacionais) para apoiar a implementação e o impacto das parcerias. Exigirá também a mobilização dos actores que tradicionalmente não se concentram na economia informal, por exemplo, partilhando experiências de parceria bem sucedidas para apoiar o entendimento e o diálogo, construir confiança e motivar os outros.
- **Apoio directo à criação de parcerias.** As medidas a tomar passam por ajudar as organizações a compreenderem as opções disponíveis e tomar decisões informadas sobre as vias de organização e acção mais promissoras. As necessidades de apoio técnico e financeiro podem ser determinadas pela realização de avaliações das necessidades, visando habilitar a criação, a eficácia, a evolução e a sustentabilidade das parcerias, de acordo com as suas prioridades estratégicas e necessidades. Isto poderia ajudar, entre outras coisas, à criação de quadros directivos, elaboração de planos de negócios, recrutamento de membros e serviços, reforço dos sistemas financeiros e de recursos humanos, desenvolvimento de competências de sensibilização e envolvimento político, ou aumentar a capacidade de angariação de financiamento e elaboração de programas.
- **Aprendizagem e partilha de conhecimentos e dados.** As medidas a tomar passam por garantir que sejam produzidos e disponibilizados a quem procure criar ou apoiar parcerias conhecimentos e dados sobre o que dá bons resultados na promoção de uma abordagem de parcerias para apoiar a economia informal. Isto pode incluir investigação, documentação e aprendizagem com as experiências de parceria, bem como facilitar o intercâmbio directo e a partilha de informações entre organizações de parcerias e com os respectivos parceiros habilitadores. Facilitar o intercâmbio entre organizações que trabalhem num modelo de parceria semelhante e/ou com uma orientação sectorial comum pode ser particularmente benéfico para os participantes.

► Bibliografia

Bonner, Christine, e Dave Spooner. 2011. “Organizing in the informal economy: A challenge for trade unions”. *Internationale Politik und Gesellschaft* 2 (2011): 87-105. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/ipg/2011-2/08_a_bonner.pdf

Carre, Françoise, Horn, Pat, e Christine Bonner. 2020. “Collective bargaining by informal economy workers in the global South: where and how it takes place”, in *Research handbook on development and the informal economy*, editado por J. Charmes, 285–316. Cheltenham: Elgar.

Chen, Martha. 2012. *The informal economy: Definitions, theories and policies*, Documento de trabalho 1 de WIEGO. WIEGO.

Chikarmane, Poornima. 2012. *Integrating Wastepickers into Municipal Solid Waste Management in Pune, India*, Nota de Síntese N.º 8 de WIEGO (Políticas Urbanas). WIEGO.

Chikarmane, Poornima e Laxmi Narayan. 2005. *Organizing the Unorganised: A Case Study of the KagadKach Patra Kashtakari Panchayat (Trade Union of Wastepickers)*. WIEGO.

Dias, Sonia Maria e Ana Carolina Ogando. 2020. “Waste cooperatives in Brazil: Exploring links between cooperative ideals and raising gender awareness”, in *Cooperatives and the world of work*, 1.ª Edição, editado por Bruno Roelants, Hyungsik Eum, Simel Eşim, Sonja Novkovic e Waltteri Katajamäki. New York, Routledge.

Duguid Fiona e Nadya Weber. 2019. *Women informal workers and the empowering nature of collectivizing and collectives: An evidence synthesis*, Documento de trabalho apresentado no webinar II ILO COOP 100 - Advancing gender equality through cooperatives, 27 de Abril de 2019.

Eum, Hyungsik. 2020. “Work and employment in the informal economy and new forms of work: How can the cooperative model be an answer?”, in *Cooperatives and the world of work*, 1.ª Edição, editado por Bruno Roelants, Hyungsik Eum, Simel Eşim, Sonja Novkovic e Waltteri Katajamäki. New York, Routledge.

Hunt, Abigail e Binat Sarwar, Moizza. Não publicado. *Organising workers in the informal economy of selected African and Latin American countries: the potential of trade union, cooperative and social and solidarity economy partnerships*. Relatório produzido pela ODI para a Organização Internacional do Trabalho e as Open Society Foundations.

OIT. 2015. *Report of the validation workshop for the potential and challenges of domestic workers co-operatives in South Africa: Proceedings and recommendations*, 9 de Julho.

———. 2018a. *Women and men in the informal economy: Terceira edição*.

———. 2018b. *Advancing domestic workers’ rights through cooperatives in Trinidad and Tobago: Uma iniciativa da OIT, NUDE e SWCC*.

———. 2019. *Interactions between workers’ organizations and workers in the informal economy: A compendium of practice*.

2020a. *Observatório da OIT: “COVID-19 and the world of work: 3.ª edição*.

2020b. *Observatório da OIT: “COVID-19 and the world of work: 6.ª edição*.

► Parcerias entre os sindicatos e a economia social e solidária para apoiar os trabalhadores da economia informal

2020c. *A Contribuição do Diálogo Social para a Igualdade de Género.*

———. 2021. *Trade unions in transition: What will be their role in the future of work?*

———. 2022. *ILC.110/Report VI on Decent work and the social and solidarity economy.*

IMA Limpia. 2021. *Nace IMA Limpia, una empresa social que reivindica el trabajo doméstico y la economía del cuidado.* IMA Limpia (blog), 26 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://imalimpia.com/nace-ima-limpia-una-empresa-social/>

Imparcial RD. 2021. “Fenamutra constituye su cooperativa llamada COOPFENAMUTRA”, 28 January 2021. Disponível em: <https://www.imparcialrd.do/2021/01/fenamutra-constituye-su-cooperativa.html>.

KENASVIT. n.d. “Kenya National Alliance of Street Vendors and Informal Traders”. Documento de referência.

Manzi, Eric. “Spotlight interview with Eric Manzi (CESTRAR-Ruanda).” Entrevista de Bruno Brioni. *International Trade Union Confederation*, 23 de Outubro de 2007. Disponível em: www.ituc-csi.org/spotlight-interview-with-eric?lang=en.

Mshiu, Sam. 2019. *The cooperative enterprise as a practical option for the formalization of informal economy.* OIT.

Spooner, Dave, Georgia Montague-Nelson e Jess Whelligan. 2021. *Crossing the divide: Informal workers and trade unions building power.* FES.

UTRASD, CARE América Latina y el Caribe, CARE Francia and Fundación Bien Humano. 2020. *Documento maestro del modelo y plan de negocios de servicios integrales de limpieza y de cuidado.*

WIEGO. 2014. *Co-operatives and workers in the informal economy: Possibilities and challenges.*

WIEGO 2020. *Social protection responses to Covid-19. Informal workers and dialogue for social protection. Brief No. 3.*

Contactos

Unidade das Cooperativas
Departamento das Empresas
Organização Internacional do Trabalho
Route des Morillons 4
CH-1211 Genebra 22
Suíça

T: +41 22 799 7095
E: coop@ilo.org
www.ilo.org/coop
www.ilo.org/sse